



Apresentação do Curso de Regulação no Setor Portuário

I - Apresentação e Enquadramento

Nos últimos dois anos o setor portuário tem sido objeto de uma enorme atenção por parte dos agentes económicos e decisores políticos nacionais e internacionais. A conjugação de um baixo estado de maturidade, quando comparado com outros setores regulados, com a sua importância estratégica para o desenvolvimento económico do país, em especial nesta fase de forte crise económica e financeira que atravessamos, terá estado na base e terá relevado uma tão grande atenção.

Várias têm sido as medidas de política setorial implementadas, ou ainda em curso, em parte impulsionadas pelo estabelecido no programa de assistência do BCE, da Comissão Europeia e do FMI a Portugal, sendo de particular importância a tendência de alteração de aspetos institucionais, entre os quais se integra o reforço das funções de regulação. A criação a breve trecho da Autoridade reguladora para o setor da mobilidade e dos transportes, que cobre o setor portuário, será disso o mais evidente símbolo.

A par destas medidas, tem-se desenvolvido um acesso debate entre todos os agentes económicos e sociais diretamente envolvidos no setor, que independentemente das legítimas posições assumidas, tem-se revelado evidente a necessidade de melhoria do desempenho global do setor, para a qual todos terão de contribuir.

Dessa consensualização entre os agentes do setor foi bem exemplo a enorme participação e entusiasmos em torno do seminário que recentemente o CPC organizou sobre regulação no setor portuário.

A dinâmica revelada neste evento e a consciencialização generalizada de que há no setor um longo caminho a percorrer em matéria de regulação, veio reforçar a convicção que o CPC e a UAL já tinham de que seria importante organizar um curso introdutório de regulação para o setor portuário.

II - Objetivos Gerais

Pretende-se um curso muito robusto nos seus fundamentos teóricos e assente em sólida experiência da prática regulatória, mas sem o recurso a ferramentas analíticas pesadas que dificultassem a apreensão dos conceitos por participantes com menor formação matemática. É um curso dirigido a participantes com formação superior ou equiparável, nas áreas de economia, gestão, engenharia ou direito.

Trata-se de um curso não conferente de grau académico, mas sim de um certificado de participação atestando as horas de formação, emitido pela UAL e assinado pelo seu Magnífico Reitor.

III - Destinatários

Este curso é dirigido sobretudo a profissionais do setor, nomeadamente aos decisores nos vários atores setoriais, que permita a apreensão, compreensão e/ou consolidação dos principais conceitos de regulação, especialmente aplicáveis ao setor portuário.

IV- Plano Curricular

O curso pretende assim estabelecer um patamar de conhecimento das matérias de regulação aplicáveis ao setor portuário, quer na sua dimensão económica, quer jurídica. Para tal está organizado em 13 módulos temáticos, complementares e coordenados, que permitem oferecer uma visão alargada dos aspetos que consideramos mais relevantes no futuro próximo da regulação no setor portuário, como de seguida se apresenta:

Módulo O1 - Introdução e panorâmica geral da regulação no setor portuário – em que se pretende transmitir o racional de cada um dos módulos que lhe seguirão e a sua inter-relação (1h)

Módulo E1 - Princípios gerais de regulação económica – este módulo será uma introdução às teorias da regulação, aos principais modelos de controlo do poder de mercado de uma empresa regulada e às condições para uma regulação eficiente (4 h)

Módulo E2 - Princípios e modelos de acesso a bens do domínio público – no qual se pretende abordar o racional económico associado à regulação do acesso à utilização de bens do domínio público escassos, como é o caso dos portos marítimos, bem como os processos de atribuição dos direitos de uso deste bens (3 h)

Módulo E3 - Regulação do acesso a infraestruturas essenciais – no qual se abordarão as preocupações de natureza económica associadas à utilização de infraestruturas essenciais não replicáveis, nomeadamente associadas aos bens do domínio público após a atribuição dos direitos de utilização, tal como as principais técnicas de regulação nestas situações (2 h)

Módulo E4 - Teoria dos contratos e concessões portuárias – neste módulo serão transmitidos os conceitos elementares da teoria dos contratos e analisadas as principais implicações para as concessões portuárias (4 h)

Módulo E5 - Liberalização, reestruturação e eficiência no setor portuário – a importância da estrutura de um setor de atividade e do seu desenho institucional na performance de um setor regulado serão o foco deste módulo (2 h)

Módulo E6 - Políticas tarifárias eficientes – este módulo apresentará as principais estruturas tarifárias que permitem conciliar os múltiplos objetivos dos tarifários de setores regulados, tendo presentes os incentivos à eficiência necessariamente deles resultantes (4 h)

Módulo E7 - Política da concorrência e o setor portuário – a apresentação dos princípios da concorrência e a sua aplicação ao setor portuário serão o núcleo deste módulo (6 h)

Módulo D1 - Quadro regulamentar do setor portuário – este módulo pretende apresentar a evolução do quadro regulamentar do setor desde 1993 à criação, analisando a sua conceção e as perspetivas de evolução (4 h)

Módulo D2 - Noções de direito da concorrência aplicado ao setor portuário – pretende-se transmitir as noções fundamentais do direito da concorrência e a sua reforma, com aplicações ao setor marítimo-portuário (4 h)

Módulo D3 - Poderes e procedimentos das autoridades reguladoras independentes – este módulo foca os aspetos procedimentais dos processos de decisão dos reguladores, tendo presente o Código do Procedimento Administrativo e vasta experiência de outros setores regulados em Portugal (2 h)

Módulo D4 - Os riscos de contencioso administrativo – neste módulo aborda-se a forma de lidar com os permanentes riscos de contestação das decisões dos reguladores pelos interessados (2 h)

Módulo D5 - Acesso e exercício de serviços portuários – com este módulo pretende-se fazer uma análise das condições regulamentares de acesso à prestação de serviços portuários, sua evolução e tendência futuras (3 h)

Os vários módulos do curso serão lecionados ao longo de seis semanas, sextas-feiras ao final da tarde e sábados de manhã, nas instalações da AIP, de acordo com um calendário a divulgar oportunamente.

V - Corpo Docente

O corpo docente reunido para lecionar este curso reúne um conjunto único de características de senioridade, qualificação académica e experiência profissional em setores regulados, nomeadamente no setor portuário, de elevadíssima qualidade, entre os quais se encontram

6 professores universitário doutorados e 3 profissionais com longa experiência nas matérias que lecionarão.

Fazem parte dessa equipa os seguintes docentes:

Prof. Doutor José Manuel Amado da Silva, CEEI/UAL - Licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo IST e Doutoramento em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (UCP). Foi docente em várias instituições de ensino superior e universitário. Consultor de empresas, de Gabinetes Ministeriais e de Institutos Públicos nas áreas de privatizações, avaliação de programas comunitários, estratégias empresariais, política industrial e regulação. Tem vários estudos e publicações na área da regulação e concorrência. Foi Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM. Atualmente é Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa. [módulos O1 e E3].

Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro, CEEI/UAL – Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e Doutoramento em Economia pela Universidade de Évora. Tem sido docente em várias universidades públicas e privadas, em programas de licenciatura, mestrado e doutoramento, bem como em programas de formação de executivos. Tem vasta experiência como consultor de empresas, de associações empresariais, de Gabinetes Ministeriais e de entidades reguladoras, em diversos setores de atividade, incluindo os transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aviação civil, a grande distribuição, os serviços de pagamentos eletrónicos, o turismo, as águas, os resíduos e exploração mineira. Foi membro do Conselho de Administração do ICP-ANACOM e atualmente é professor associado da Universidade Autónoma de Lisboa. [módulos E4 e E6].

Prof. Doutor Aníbal Santos, Universidade Católica Portuguesa – Licenciado em Finanças, Doutoramento em Economia, Estudos Avançados na Universidade do Texas, EUA e Universidade de Oxford, Inglaterra. É Professor no Departamento de Economia da Universidade Católica Portuguesa (UCP), Administrador Não Executivo da REN, SGPS, SA e Consultor Privado. Foi Administrador do Grupo Interfina, Administrador e Presidente do Grupo IPE, Diretor Geral para os Assuntos Comunitários do Ministério da Indústria e Energia, Presidente da EGF (Empresa Geral do Fomento), Administrador Não Executivo do Banco do Fomento e Exterior, Membro do Conselho Consultivo da Portugal Telecom, SGPS, SA, Administrador Executivo da REN, SGPS, SA e de empresas participadas. Responsável por vários grupos de trabalho sobre a Indústria Portuguesa, nomeado pelo Governo Português, Diretor do Departamento de Economia da Universidade Católica Portuguesa, Representante Português no Programa COMETT (UE), Membro da Comissão de Reestruturação do Instituto Nacional de Estatística e Consultor de várias Empresas Industriais. [módulos E1 e E5]

Prof. Doutor João Confraria, Universidade Católica Portuguesa – Licenciado e doutorado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa onde é professor auxiliar da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais e do Instituto de Estudos Políticos, lecionando Políticas Públicas, Regulação e Concorrência e Economia das Telecomunicações. É vogal do Conselho de administração do ICP-ANACOM e exerceu funções de vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional da Aviação Civil, de que foi também vice-presidente, e do Instituto de Comunicações de Portugal. Foi membro do Conselho Permanente do Eurocontrol, representante do Instituto das Comunicações de

Portugal no Comité de Política de Comunicações da OCDE e adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo. Pertenceu ao Conselho Consultivo da Portugal Telecom e da Obercom e assumiu várias funções de coordenação e direção na U. Católica Portuguesa. [módulo E2]

Prof. Doutor João Gata, Autoridade da Concorrência – Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e doutorado em Economia pela Universidade de Minnesota/Twin Cities/EUA. Diploma de Pós-Graduação em European Union Competition Law, pelo King's College da Universidade de Londres, 2011. Foi docente de Economia na Universidade de Minnesota, na Universidade de York no Reino Unido, no Instituto Superior de Gestão em Lisboa. É Professor de Economia na Universidade de Aveiro. É desde 2007 Economista-Chefe da Autoridade da Concorrência e, desde 2008, Diretor do Gabinete de Estudos e de Acompanhamento de Mercados desta mesma instituição. Entre 2006 e 2007 foi Diretor-Geral do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) tutelado pelo Ministério do Ambiente (então MAOTDR) e pelo Ministério das Finanças. Tem longa experiência de trabalho em Economia e Direito da Concorrência e Organização Industrial. [módulo E7]

Prof. Doutor Luís Morais, Faculdade de Direito de Lisboa – Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL) onde é Professor Associado e Vice-Presidente do Instituto da Cooperação e tem a CÁTEDRA JEAN MONNET atribuída pela Comissão Europeia referente a projeto de investigação e ensino no domínio da Regulação Económica. É advogado, sócio fundador da Luís Silva Morais & Associados, rl, atuando sobretudo nos domínios de direito da concorrência, interação entre concorrência e direito de propriedade intelectual e industrial, direito económico e regulação económica, direito da UE em geral. É co-director da Revista de Concorrência e Regulação e árbitro e membro de vários Tribunais Arbitrais. Foi Vogal (executivo) do Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, membro do Conselho Económico e Financeiro do Ministério das Finanças; chefe do gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, NGA – Non Governmental Advisor na ICN (International Competition Network), membro de várias Comissões Ministeriais que prepararam anteprojetos de Legislação na área económica e financeira, Presidente de Grupos de Trabalho no Conselho da EU, Vice Presidente – IAIFA (International Association against Fraud in Insurance) e é membro da Mesa da Assembleia Geral da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços. [módulo D2]

Mestre Sérgio do Cabo, Faculdade de Direito de Lisboa – Licenciado e mestre em direito pela Faculdade de Direito de Lisboa onde foi Assistente nas disciplinas de Relações Económicas Internacionais, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Direito Económico, Direito Fiscal e Direito Comunitário. Adjunto do Gabinete do Ministro das Finanças do XIII Governo Constitucional (1995-1998). Consultor Jurídico do Instituto Monetário Europeu (IME), mais tarde Banco Central Europeu (BCE). Foi Consultor Jurídico na Direção Geral de Serviços Jurídicos do Banco Central Europeu (1998-2001). Fundador e sócio da Sociedade de Advogados Sousa Franco, Paz Ferreira & Associados, Sociedade de Advogados. Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É atualmente sócio da Sociedade Luís Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Associados, Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada. [módulo D1]

Dr.ª Isabel Areia, ANACOM – Licenciada em Direito e pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, é jurista na ANACOM desde 1990, onde exerceu as funções de chefe de divisão de Regulamentação, assessora do Conselho de Administração, exercendo atualmente funções de diretora de Regulamentação e Assuntos Jurídicos. Foi assessora em gabinetes de membros do Governo por mais de uma vez. [módulo D3]

Dr.ª Margarida Guimarães, ANACOM - Licenciada em Direito desde pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Pós-Graduada em Contencioso Administrativo pela Universidade Católica de Lisboa e em Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Exerceu funções como jurista na Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) e desde 1994 desempenha funções na Divisão do Contencioso, onde é adjunta da diretora. [módulo D4]

Dr. Tiago Souza d'Alte, Universidade Católica Portuguesa – Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, onde também se pós-graduou em Logística e Ciências da Legislação e, depois, em Ciências Jurídico-Económicas, onde igualmente foi docente em programas de licenciatura e mestrado. Tem apoiado governos nacionais e estrangeiros, municípios e empresas públicas e privadas na concepção e implementação de projectos legislativos e na regulação de serviços e infraestruturas em diversos setores de atividade, incluindo os do transporte marítimo, portuário e hídrico. Tem ainda uma vasta experiência na preparação e acompanhamento de procedimentos pré-contratuais públicos, nomeadamente de concessões de domínio público e de obras públicas. Atualmente é Environment & Energy Law Program Manager na Católica Global School of Law, Universidade Católica Portuguesa, onde lecciona no currículo internacional da licenciatura em Direito. É autor de várias publicações e participa com frequência em seminários e conferências nas suas áreas de especialidade. [módulo D5]